



Moreira Mariz

RELATÓRIO Entre José Mentor e Romeu Tuma, Antero Paes de Barros (C) preside os trabalhos da comissão de inquérito

CPI do Banestado pode gerar R\$ 5 bi até julho

As investigações realizadas pela comissão já estão produzindo resultados administrativos e financeiros. A Receita Federal teve este ano uma arrecadação extra de R\$ 2 bi, com previsão de alcançar R\$ 5 bi até julho.

Página 2

Paim e Serys cobram aprovação da PEC paralela

Página 3

CAE vota ajuda financeira para preservação histórica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã projeto de lei do senador Pedro Simon que garante auxílio financeiro da União a instituições, sem fins lucrativos, que trabalham com a preservação da memória histórica e geográfica do país.

Página 3

Medida que proíbe os bingos vai a votação

A medida provisória que proibiu o funcionamento dos bingos e das máquinas caça-níqueis em todo o Brasil já está no Plenário do Senado para votação. Ela é uma das sete MPs que devem ser examinadas para liberar a pauta, permitindo a análise de outras matérias. A medida provisória mais antiga e que tem preferência

de votação muda o Estatuto do Desarmamento para que as guardas municipais das cidades com população entre 50 mil e 250 mil habitantes possam usar armas quando estiverem em serviço. O relator-revisor, Renan Calheiros, vai apresentar projeto de lei de conversão alterando pontos da medida provisória.

Página 3

Veja como examinar as cédulas para não receber dinheiro falso

Ivanildo Alexandre/Gazeta do Povo/Folha Imagem



O Especial Cidadania de hoje mostra os itens de segurança que podem ajudar a identificar cédulas falsificadas. O hábito de examinar marcas d'água, ajuste entre desenhos nos dois lados da nota e impressões em relevo pode evitar grandes prejuízos. De 1994 até hoje, a falsificação já causou um rombo de R\$ 87 milhões ao país. A pena para essa prática criminosa pode variar de três a 12 anos de prisão.

Página 8

REPRESSÃO AO CRIME R\$ 20 mil em notas falsas vindas do Paraguai foram apreendidos pela Polícia Civil do Paraná, em setembro de 2003

Para senadores, financiamento à mídia deve evitar privilégios

Páginas 4 e 5

Agenda

Sarney participa da posse de Edson Vidigal no STJ

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, sem a votação de matérias. O presidente do Senado, José Sarney, participa da posse do ministro Edson Vidigal (foto) como



presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), às 15h. Amanhã, os senadores dão prosseguimento ao exame das medidas provisórias que trancam a pauta de votações da Casa.

Conselho ouve representante do Ministério das Comunicações



O secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Paulo de Tarso Lustosa da Costa, participa de audiência pública no Conselho de Comunicação Social hoje, às 14h. O secretário fala sobre o posicionamento do ministério diante dos problemas enfrentados pelas empresas de comunicação no Brasil. O conselho analisa ainda seu regimento interno definitivo e os trabalhos das comissões temáticas.

Votação de emendas à reforma do Judiciário

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), convocou reunião

para amanhã, às 11h, a fim de continuar a votação dos destaques ao relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre a

proposta de reforma do Judiciário. Até a última reunião do colegiado, foram votadas 133 das 165 emendas apresentadas.

CAE examina projeto de inclusão social em São Paulo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã, às 10h, ofício do governo do estado de São Paulo solicitando autorização para empréstimo de US\$ 20



milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A verba será destinada à execução do programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social.

Orçamento vota destaques ao PPA

Os destaques ao relatório do senador Sibá Machado (PT-AC) ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 devem ser analisados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) na reunião de amanhã, às 14h30. O parecer, que entrou na pauta da comissão no fim do ano passado, foi votado na última quinta-feira.



Jango na TV Senado

A TV Senado exibe hoje, às 19h30, o programa *Cidadania*, que discute o papel, na história brasileira, do ex-presidente João Goulart, deposto em março de 64. Participam do debate Maria Thereza e João Vicente Goulart, esposa e filho de Jango. Às 20h30, o cardeal Geraldo Majela fala sobre a Campanha da Fraternidade.

Ética na televisão

Na quarta-feira será realizada videoconferência sobre a campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", que busca responsabilizar os anunciantes por violações éticas cometidas por programas de TV. O evento, no auditório do Interlegis, é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

CPI do Banestado deve gerar R\$ 5 bilhões em multas até julho

As operações investigadas pela comissão já renderam à Receita multas no valor de R\$ 2 bilhões



COORDENAÇÃO Antero Paes de Barros anuncia os resultados obtidos pela CPI até agora

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a remessa ilegal de recursos pelas contas CC-5, conhecida como CPI do Banestado, que funciona desde julho do ano passado, já produziu efeitos administrativos e financeiros que estão sendo comemorados pelas autoridades federais.

Segundo a revista *IstoÉ Dinheiro* da semana passada, os dados enviados pela CPI com 402 mil registros de operações realizadas por meio de contas CC-5 em Foz de Iguaçu (PR), entre 1996 e 2002, permitiram à Receita Federal expedir multas que possibilitaram uma arrecadação extra de R\$ 2 bilhões este ano. A previsão da assessoria do presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MS), é de que esse número chegue a R\$ 5 bilhões até o fim da investigação, prevista para 16 de julho.

Mais importante que o resultado contábil, no entanto, é a troca de informações, que normalmente demorariam a circular e estão sendo fundamentais para desenvolver um conjunto de novas normas e rotinas para aprimorar o controle da remessa de divisas. O consultor do Senado André Eduardo, chefe da equipe de especialistas que assessoria a comissão, explica que a CPI é um fórum onde agentes políticos e servidores

dos três Poderes têm a rara oportunidade de se articular no esforço comum em busca de soluções para o problema da lavagem de dinheiro.

A CPI conta com a ajuda direta ou indireta de mais de 30 profissionais especializados do Senado, da Câmara, da Receita Federal, da Coaf (órgão do Ministério da Fazenda que investiga a lavagem de dinheiro), do Banco Central, da Polícia Federal, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, o que permite a troca de experiências e dados entre vários órgãos que normalmente não agem de forma coordenada – argumenta André Eduardo.

Além disso, a comissão dispõe de mecanismos ágeis que às vezes nem a Justiça tem, como a prerrogativa de levar testemunhas para fora do país a fim de obter provas.

O relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), esteve em Nova York (EUA) com Nicéa Camargo investigando a existência de contas do seu ex-marido e ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta.

Foi dessa forma também que a comissão obteve autorização da Justiça da Suíça para levantar informações sobre a movimentação financeira do ex-prefeito de São Paulo.

A colaboração da Justiça de outros países, aliás, é fato inédito na história das CPIs e demonstra a credibilidade externa dos trabalhos do Congresso brasileiro, que conseguiu ainda a colaboração do procurador público de Nova York, Robert Morgenthau, para obter dados sobre transações financeiras de brasileiros nos EUA.

(Esta reportagem é de autoria da Coordenação de Jornalismo da Câmara dos Deputados.)

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Paim quer mínimo de US\$ 100 e manutenção da PEC paralela

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que o salário mínimo no Brasil chegará a US\$ 100 em 2004, com base no próprio índice de aumento do funcionalismo público anunciado pelo governo. “O governo anunciou que os menores salários terão reajuste de 30%, o que elevará o mínimo para R\$ 312”, afirmou. A promessa em relação à data do reajuste do funcionalismo e do pagamento dos aposentados, quinto dia útil, “tam-

bém está sendo cumprida”, disse Paulo Paim.

O senador considera “inaceitável” o que está sendo feito na Câmara dos Deputados com a chamada PEC paralela, a proposta que garante direitos e foi aprovada no Senado como contrapartida à reforma da Previdência Social.

– Há gente mentindo de forma descarada e vergonhosa, estão transformando a tramitação da PEC paralela em algo lamacento, pantanoso. Há um acordo que envolveu o governo e suas lideranças, envolveu a mim próprio, e estão violentando esse acordo de forma inaceitável – protestou.

Paim afirmou que se houver quebra do acordo, com a mudança da PEC paralela na Câmara, não haverá mais condições para que o Senado aprove nenhuma proposta que dependa de acordo.



COMPROMISSO Segundo Paim, acordo está sendo “violento de forma inaceitável”

Serys pede substituição do relator da emenda na Câmara

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) cobrou da Câmara dos Deputados o cumprimento do acordo firmado em dezembro do ano passado entre lideranças do Congresso Nacional e o governo para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição 77/02 – a PEC paralela da reforma da Previdência. Serys defendeu a mudança do relator, deputado José Pimentel (PT-CE), caso ele não concorde com a manutenção do texto encaminhado pelo Senado àquela Casa.

– Afirma-se no Nordeste que homem que não cumpre acordo não honra as calças que veste. Isso significa quebra de acordo. Tem significado de enganação, traição que merece a mais veemente repulsa. A possibilidade de quebra de acordo é inaceitável.

Para a senadora, se o relator não pode mudar de opinião, por estar prisioneiro de suposta coerência que o impediria de aprovar o que rejeitou há menos de um ano, ele deve ser substituído nessa função.

– Ou então que tenha a honradez de cumprir o acordo e mudar o relatório. São as duas únicas alternativas – argumentou Serys Slhessarenko.



PALAVRA Serys Slhessarenko aponta “traição que merece a mais veemente repulsa”

Estímulo à preservação da memória histórica

Entre os seis itens que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã, está o projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece a concessão, pela União, de auxílio financeiro para uma instituição cultural, em cada unidade da Federação, destinada à preservação da memória

histórica e geográfica cultural. A proposição (PLS 132/03) determina que as instituições destinatárias devem ter caráter privado e não podem ter fins lucrativos nem remunerar seus dirigentes e conselheiros.

De Pedro Simon é o voto favorável para a aprovação do projeto de lei encaminhado

pelo Poder Executivo (PLC 89/00) que faz a adequação da legislação brasileira à Resolução 45 do Grupo Mercado Comum, que instituiu o Regulamento Vitivinícola do Mercosul. Em seu relatório, Simon observa que 90% da produção vitivinícola brasileira se concentra no Rio Grande do Sul.

Outra proposta na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos é o empréstimo de US\$ 20 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas da Cultura, do estado de São Paulo (ofício “S” 30/03).



VINHO Pedro Simon apóia instituição do Regulamento Vitivinícola do Mercosul



AGENDA MP que muda o Estatuto do Desarmamento deve ser analisada em primeiro lugar por senadores

Medida que proíbe os bingos está no Plenário para votação

Senadores devem votar MPs antes de analisar outros projetos constantes da pauta

Já está no Plenário, para votação, a medida provisória (MP) editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que proibiu, em 19 de fevereiro, o funcionamento de bingos e de máquinas caça-níqueis no país. Junto com outras seis medidas, ela está trancando a pauta – as MPs têm de ser votadas antes de quaisquer outros projetos.

A primeira delas (MP 157/03), a mais antiga e que tem preferência de votação, faz mudanças na lei que instituiu o Estatuto do Desarmamento, para que os guardas municipais das cidades com mais de 50 mil habitantes possam usar armas, em serviço. Se a cidade ficar em região metropolitana, os guardas municipais poderão portar as armas inclusive fora de serviço. No entanto, todos esses guardas terão de receber treinamento específico e o Comando do Exército da área fará controle dessas armas.

Depois de negociações com o ministro da Justiça, a MP está

sendo alterada pelo relator-revisor, Renan Calheiros (PMDB-AL), que no ano passado foi relator do Estatuto do Desarmamento. Renan vai apresentar projeto de lei de conversão (PLV) sobre a medida provisória, alterando o seu conteúdo, inclusive criando condições para que guardas municipais de cidades com população de 50 mil a 500 mil habitantes possam usar armas. Além disso, ele vai prorrogar por 90 dias todos os prazos previstos no estatuto para a extinção dos atuais portes de armas, registro de armas legais e entrega de armas sem registro à Polícia Federal.

Sete MPs aguardam decisão dos senadores

Antes de votar a medida provisória que proíbe os bingos, os senadores vão discutir a MP 161/04, que estabelece como será a partilha com estados e municípios da arrecadação da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), conhecida como “imposto dos combustíveis”. Desde o início deste ano, a União tem de destinar aos estados e municípios 25% da Cide.

Essas são as MPs que podem ser votadas (se houver acordo partidário) nesta semana:

– Muda o Estatuto do Desarmamento, permitindo que guar-

das municipais em cidades com população entre 50 mil e 250 mil habitantes possam usar armas em trabalho (MP 157/03, que será modificada por projeto de lei de conversão).

– Trata da partilha da Cide com estados e municípios (MP 161/03, modificada pelo PLV 19/04).

– Transfere R\$ 3,4 bilhões a estados e municípios, basicamente por compensação por perdas de tributos estaduais nas exportações (MP 162/04).

– Faz mudanças na organização da Presidência da República, inclusive criando a Secretaria

de Coordenação Política (MP 163/04, modificada pelo PLV 20/04).

– Institui a cobrança de PIS-Pasep e Cofins sobre bens e serviços importados (MP 164/03, alterada pelo PLV 21/04).

– Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades executivas dos comitês de recursos hídricos de bacias hidrográficas (MP 165/04, alterada pelo PLV 23/04).

– Proíbe o funcionamento de bingos e caça-níqueis no país (MP 168/04, que está sendo modificada pelo PLV 22/04).

AJUDA À MÍDIA

Comissão vai fazer exame prévio de crédito do BNDES

■ Banco deve enviar ainda esta semana, para conhecimento dos senadores da CE, proposta em estudo

A Comissão de Educação (CE) deve receber esta semana cópia da proposta em estudo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para abertura de financiamentos às empresas de comunicação social. O foco central será a criação de três linhas de crédito – investimento, compra de papel e refinanciamento de dívidas –, segundo antecipou o vice-presidente do banco, Darc Costa, em recente audiência no colegiado.

O senador Osmar Dias (PDT-RS), presidente da comissão, disse que a chegada do documento é imprescindível para



CONDIÇÃO Osmar Dias afirma que financiamento precisa atender aos interesses do país

que os senadores possam formar opinião sobre se a linha de crédito vai atender aos interesses do país.

– Na audiência pública, trouxemos as partes envolvidas para apresentar seus pontos de vista e tornar públicas as condições em que os empréstimos poderão ser oferecidos. Se não fosse realizada, talvez o dinhei-

ro já tivesse sido repassado de uma forma não usual, já que o BNDES não tem linha de crédito para capital de giro ou pagamento de dívidas. Defendo que os empréstimos sejam usados para investimentos, uma mudança de rumo importante para que o dinheiro público seja mais bem aplicado.

Segundo o senador, a comissão precisa antes analisar as condições em que os créditos serão oferecidos. “Tenho muitas dúvidas em relação aos critérios. É importante que sejam os mesmos usados em relação a outros setores da economia brasileira.”

No debate com os senadores da Comissão de Educação, Darc Costa informou que os planos são de criar programa de incentivo no valor de R\$ 4 bilhões para as empresas de rádio, TV e mídia impressa – cujas dívidas são estimadas em R\$ 10 bilhões.

Senadores comentam financiamento

Vice-presidente da Comissão de Educação, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) considera que os critérios de concessão devem ser decididos pelo corpo técnico do BNDES, obedecendo às regras usualmente empregadas pelo banco.

– O programa de socorro deve ser amplo, abrangendo jornais, revistas, TVs e rádios abertas. Deve atender às mídias de todos os tamanhos, afinal a crise no setor é geral. O Estado brasileiro pode mostrar, com esse programa, que considera estratégico o segmento de meios de comunicação. Já temos uma enorme participação estrangeira em setores como telecomunicações, telefonia, TVs

a cabo e por satélite, por isso defendo que a imprensa brasileira seja protegida dessa invasão, que seja mantida em mãos nacionais – afirmou.

Também membro da CE, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática do Senado, acredita que as empresas de mídia podem ser consideradas “altamente estratégicas”, portanto merecedoras de financiamentos do BNDES, por causa de seu papel na formação da imagem nacional.

O senador e ex-ministro da Educação Cristovam Buarque (PT-DF) tem raciocínio semelhante, mas faz uma ressalva.

– Essas empresas são parte do patrimônio nacional, como também o são as empresas de aviação e de telecomunicações, por exemplo, e não podem ser abandonadas à própria sorte. Sempre se tendo em mente que todo financiamento público deve ser realizado com a máxima transparência – assinalou o senador.

Cristovam pretende sugerir ao BNDES, por exemplo, mecanismos de contrapartida aos empréstimos que induzam as grandes redes de televisão a investirem mais em produção regional e independente, e em programas culturais e educativos, como parte do programa de socorro oficial.



CRITÉRIO Hélio Costa sugere que socorro atenda aos veículos de todos os tamanhos



IMPORTÂNCIA Empresas de mídia são “altamente estratégicas”, lembra Roberto Saturnino



CONTRAPARTIDA Cristovam Buarque defende programas educativos e culturais

Crivella é contra empréstimo às empresas de comunicação

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ), membro da Comissão de Educação, criticou a proposta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de criar um programa de socorro financeiro à mídia. Segundo ele, já houve no passado empresas que enfrentaram graves situações de crise econômica, mas nem por isso o governo abriu os cofres para emprestar dinheiro.

– É bom lembrar que as redes de televisão Tupi, Excelsior e Manchete não tiveram nenhum apoio do BNDES para contornar suas dificuldades financeiras e acabaram quebrando. Muitos trabalhadores da extinta Manchete estão até hoje sem receber seus direitos trabalhistas. Então, por que agora se falar em socorro financeiro à mídia, com os escassos recursos da sociedade brasileira? – questionou o senador.

Crivella reconhece que a maioria das empresas de comunicação social enfrenta dificuldades provocadas pela baixa atividade econômica do país.

– Essa é, sem dúvida, a maior crise da história recente da mídia no Brasil. Houve endividamento recorde do setor de comunicação, se fala em R\$ 10 bilhões, praticamente surgido nos anos 90, porque as empresas se modernizaram e ampli-



MONOPÓLIO Para Crivella, crise em algumas empresas é fruto de “equivocos gerenciais”

aram instalações, captando recursos no país e no exterior. Como não houve o desenvolvimento econômico esperado, frustraram-se as expectativas de faturamento.

Para o parlamentar pelo Rio de Janeiro, é preciso diferenciar essas dificuldades daquelas causadas por “equivocos gerenciais” de determinados grupos.

– É o caso das Organizações Globo, que sempre adotaram atitude monopolista. A emissora chegava a pagar dez vezes o valor praticado no mercado para aquisição dos direitos de determinado evento, muitas vezes só como forma de impedir os concorrentes de fazê-lo – observou.

Crivella citou como exemplo de “equivoco gerencial” a compra dos direitos de transmissão da Copa do Mundo de futebol.

Dirigente do banco aponta razões para socorro à mídia

O vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Darc Costa, apóia o socorro à mídia, conforme justificou em audiência pública na Comissão de Educação.

- Sobre a eventual concessão de créditos para investimentos na área de equipamentos e tecnologia: “É de nosso interesse que empresas se constituam no Brasil para fornecer equipamentos da nova forma de mídia (tecnologia digital)”.
- Sobre empréstimos do banco para a compra de papel: “É necessário criarmos condições para que os jornais e revistas tenham acesso ao papel, em especial ao papel nacional. Se nós constituirmos uma indústria de celu-

lose no Brasil, nada nos impede de ter uma indústria de papel que poderia atender a essas necessidades”.

- Sobre o uso dos financiamentos para saldar dívidas: “Precisamos recompor não só o setor televisivo, mas também o setor da mídia impressa. Se nós quisermos ter uma sociedade estruturada, não podemos prescindir de meios de comunicação democráticos e articulados com a sociedade”.

- Sobre a importância do socorro à mídia: “O setor de comunicação social é estratégico. A imprensa é peça fundamental para a construção de um projeto nacional. Preservando esse setor, estamos preservando a identidade e a cultura nacionais”.

AJUDA À MÍDIA

Emissoras de TV divergem sobre concessão de crédito

Ainda falta o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentar formalmente ao Senado seu projeto de socorro às empresas de comunicação social em dificuldades financeiras, mas a audiência pública promovida pela Comissão de Educação já serviu para mostrar aos senadores que nem os próprios empresários do setor convergem sobre o assunto. A Globo e a Bandeirantes, duas das cinco grandes redes de televisão aberta do país, aprovam a iniciativa, inclusive a linha de crédito que permita o pagamento de dívidas. Mas as outras três – SBT, Record e Rede TV! – são contra essa alternativa. O temor é que as Organizações Globo absorvam quase a totalidade dos recursos oferecidos pelo banco.

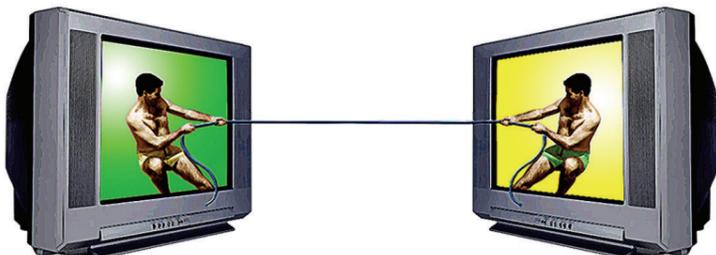
– O projeto encaminhado ao BNDES pelas associações de emissoras de rádio e TV (Abert), de jornais (ANJ) e de editoras de revistas (Aner) diz que cada empresa poderia ter até 33% do total dos recursos. De R\$ 5 bilhões, nós estamos

falando de R\$ 1,5 bilhão na mão de uma só empresa. Se o setor tem mais de 4 mil empresas, como é possível que parte substancial do financiamento fique com uma empresa? – questionou o vice-presidente da Rede TV!, Marcelo de Carvalho.

Dennis Munhoz, presidente da rádio e TV Record, também discorda da linha de crédito para quitar débitos anteriores.

– O setor precisa de investimento, precisa de dinheiro, mas de dinheiro para coisa nova, para geração de novos empregos e não para a quitação de débitos passados – avaliou o executivo.

O vice-presidente de relações institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães, reforçou que, entre as empresas de mídia no país, a Globo precisa receber tratamento especial, “pela sua grandeza e pela sua qualidade”. Guimarães diz que as dívidas contraídas pela Globo decorrem de pesados investimentos em tecnologia e geração de empregos.



Rede Bandeirantes quer empréstimos. SBT rejeita

O empresário João Carlos Saad, presidente da Rede Bandeirantes, defende que sua empresa tenha acesso aos recursos como o BNDES faz “para qualquer outro setor”. O dinheiro, afirmou, poderia ser usado para pagar dívida ou fazer novos investimentos, desde que os empréstimos sejam honrados pelas empresas.

Paulo Machado de Carvalho Neto, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que reúne 400 emissoras de TV e cerca de 3 mil rádios, disse que o setor nunca foi socorrido pelo banco em operações de crédito.

– O que estamos pedindo é a equiparação com relação a ou-

tros setores da economia brasileira, como o de transportes aéreos – argumentou Carvalho Neto, integrante do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Para Flávio Cavalcanti Júnior, diretor do SBT em Brasília, seu grupo não está empenhado no projeto do BNDES, até porque contaria com outras fontes de receita.

– Não é verdade que os recursos estatais financiam as grandes redes. Não dependemos deles – declarou Cavalcanti, referindo-se à publicidade oficial veiculada pelo SBT, que, segundo informou, responde por apenas 5% de todo o faturamento da rede.

José Jorge faz críticas às mudanças no ensino

■ Senador diz que “série de trapalhadas” do governo no setor começou com a extinção do Provão

O setor de educação está sendo muito mal conduzido pelo governo federal, na opinião do senador José Jorge (PFL-PE). Em discurso na sexta-feira, ele disse que a gestão da área não está sendo feita de forma técnica e que não estão sendo consideradas as contribuições de pessoas que trabalham no setor.

– A questão técnica na educação foi totalmente desprezada. Cada ministro que chega propõe alterações, e por medida provisória – criticou.

Segundo o senador, a “série



DESPREZO José Jorge avalia que a questão técnica na educação foi totalmente abandonada

de trapalhadas” que o governo vem promovendo no setor educacional teve início com a extinção do Provão e sua subs-

tituição por um novo sistema para avaliar o ensino superior. Esse modelo é, na opinião do senador pelo PFL, burocrático e ineficiente.

Ele também fez críticas à proposta apresentada pelo ministro da Educação, Tarso Genro, no Senado, de extinção do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). O sistema de concessão de financiamento deverá ser substituído por um programa que consiste na compra de vagas ociosas em instituições privadas de ensino superior para atender a estudantes carentes. Para José Jorge, a nova medida servirá para beneficiar universidades com vagas não preenchidas, e não o estudante pobre, que, em sua avaliação, não irá frequentar cursos de má qualidade.

Maciel elogia espaço cultural do TCU

Em discurso na sexta-feira, o senador Marco Maciel (PFL-PE) elogiou o Tribunal de Contas da União (TCU) pela inauguração, em novembro passado, do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça. O senador ressaltou que assim o TCU vem unir-se a outras instituições públicas como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que promovem a cultura do Distrito Federal.

O senador destacou a importância da homenagem prestada a Marcantonio Vilaça, um homem que, nas palavras gravadas no aço escovado da placa inaugural, “fez da vida uma oração à arte e, da arte, um ato



PROMOÇÕES Marco Maciel lembra que atividade cultural no DF é múltipla e intensa

de fé”. Marcantonio, falecido, era filho do ministro Marcos Vilaça.

– Nossa capital foi por tanto tempo e por tanta gente criti-

cada pela escassez de atividade cultural. Mais que nunca isso torna-se injusto. Órgãos de governo e também a iniciativa privada vêm multiplicando os espaços dedicados às manifestações artísticas de todo tipo. Uma atividade cultural múltipla tem ocupado todos esses espaços – salientou.

Compareceram à cerimônia de inauguração, entre outras autoridades, o ministro Valmir Campelo, presidente do Tribunal de Contas da União; o ministro Marcos Vilaça, o vice-presidente da República, José Alencar; e o presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney.

Maçonaria pede solução para conflito fundiário em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) leu na sexta-feira, em Plenário, a Carta da Amazônia, aprovada pela Maçonaria em conferência realizada no fim de março, em que a organização pede que sejam excluídos da área de demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol (RR) as cidades de Uiramutã e Pacaraima, vilas, vias de acesso e propriedades produtivas de grãos.

A Maçonaria, segundo o senador, quer ainda maior pre-

sença das Forças Armadas e a implantação de infra-estrutura de educação e saúde no estado, inclusive nas áreas indígenas, assim como uma política de desenvolvimento sustentável para a região.

Mozarildo informou que no próximo dia 14 será votado o relatório final, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), da comissão externa especial que analisou os conflitos indígenas em Roraima, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.



CONFLITOS Mozarildo lê a Carta da Amazônia, que pede a pacificação da região

– É preciso pacificar e pôr ordem nas demarcações. O Senado precisa assumir o comando dessa questão junto com o Executivo – disse Mozarildo.

Ideli elogia lançamento da nova política industrial

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), elogiou o lançamento, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da política industrial do governo, que prevê R\$ 15 bilhões para investimentos, sendo R\$ 14,5 bilhões provenientes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Ficou bem claro que o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, que é oriundo da iniciativa privada, tem plena consciência das necessidades dos setores produtivos brasileiros”, afirmou Ideli.

A senadora ressaltou que os setores que precisam de inovação e tecnologia serão beneficiados, e que a meta do governo Lula de atingir um patamar de exportações de US\$ 100 bilhões será atingida.

Senado

– Estamos muito otimistas. Apesar de setores da oposição que pretendem tumultuar o processo, o governo mostra que está operando muito bem, e que este Senado nunca votou tanto, nunca produziu tanto em sua história. Ideli atribuiu a produtividade do Senado ao presidente José Sarney e inclusive aos setores construtivos da oposição. “Votamos em tempo recorde matérias importantíssimas, como a previdenciária e a tributária, a regulamentação do sistema elétrico, e outros temas fundamentais para o país.”

Dirigindo-se a Heráclito Fortes (PFL-PI), Ideli observou que há uma “grande coincidência de atores e métodos”, tanto nas denúncias do caso Waldomiro Diniz quanto no episódio Lunus, que interrompeu a candidatura à Presidência da República da atual senadora Roseana Sarney (PFL-MA), então governadora do Maranhão. Heráclito respondeu que “todo governo sofre de amnésia”, e afirmou que a senadora teria proposto a reabertura do “caso Lunus” diante de jornalistas, logo que surgiram denúncias contra Waldomiro. Ideli disse que esse episódio está encerrado, e que não fez proposta nenhuma, foi apenas questionada pelos repórteres.

Arrocho econômico impede crescimento, afirma Alvaro

■ Meta estabelecida pelo governo reduz a possibilidade de geração de emprego e renda, diz senador

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou, em discurso na sexta-feira, que o governo tenha descartado a possibilidade de diminuição da meta de superávit fiscal, fixada em 4,25% para os próximos três anos. Ele disse que a meta é muito pesada e esgota a capacidade de investimento em setores fundamentais para a geração de emprego e renda, e para garantir as condições necessárias ao crescimento.

– Palocci afirmou que o arrocho continua. Como compatibilizar crescimento com arrocho fiscal, com meta de superávit primário de 4,25%? A impressão que fica é que o presidente aguarda uma solução do



REAÇÃO Alvaro Dias lamenta determinação do governo de manter atual superávit

sobrenatural. Não há iniciativa governamental que sinalize para a hipótese do crescimento econômico que atenda às necessidades do país – disse o senador, ao comentar a exposição feita, na última semana, pelo ministro da Fazenda na Comissão de Assuntos Econô-

micos.

Depois de observar que, nesse cenário, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 0,2% e a renda *per capita*, 1,5%, Alvaro Dias lembrou que, de 12ª maior economia do mundo, o Brasil passou a ser a 15ª. Enquanto a economia mundial viveu um bom momento, a economia nacional sofreu com a incompetência governamental, salientou.

– Vamos levar o país a um estrangulamento, que impede o crescimento econômico – previu o senador.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) ponderou que há dados promissores sobre a economia no ano passado, especialmente no setor agrícola, em que o emprego e as exportações cresceram. Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo, criticou a oposição por insistir em que o descontrole da economia no fim do governo passado foi causado pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Jucá anuncia pacto por desenvolvimento

O PMDB vai apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugestão de agenda para um pacto pelo desenvolvimento, anunciou, em Plenário, o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele adiantou que a prioridade será o estímulo às pequenas e médias empresas e a um reajuste superior a 10% do salário mínimo.

– O PMDB está preocupado com o rumo que a discussão política está tomando e quer retomar o leito da construção de um país melhor, com propostas efetivas para balizar o pacto pelo desenvolvimento.

Roraima

Jucá destacou ainda a notícia de uma reunião que teria sido realizada pelo ministro do De-



OBJETIVO PMDB quer retomar os rumos da construção do país, resalta Romero Jucá

envolvimento Agrário, Miguel Rossetto, com deputados do Acre e de Rondônia, para discutir “compensações” ao estado de Roraima, pela possível demarcação da reserva indígena

na Raposa/Serra do Sol.

Ao dirigir uma “palavra de alerta” ao ministro, Jucá lamentou que o tema tenha sido discutido sem a presença de parlamentares de Roraima e de representantes de povos indígenas do estado. Ele recomendou a Rossetto que chame para o debate sobre o tema o governador Flamarion Portella e os três senadores eleitos por Roraima, para que a representação política do estado não seja “ferida de morte”.

– Entendo que o ministro tem a máxima boa intenção para ajudar Roraima, mas é importante que ele não caia em armadilhas, ouvindo segmentos que nada têm a ver com o estado – afirmou Romero Jucá.

Simon pede a Lula que busque apoio dos partidos

Em discurso na sexta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) dirigiu apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que busque o apoio dos partidos políticos, dos governadores e da sociedade para implementar mudanças na política econômica e permitir a retomada do crescimento.

– O presidente Lula pode liderar o movimento por uma mudança sem traumas, capaz de colocar o país no rumo do progresso e da justiça social. Não estou pregando

a moratória nem o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, mas apenas uma mudança de rumo – afirmou Simon.

Na opinião do senador, Lula teria todas as condições para negociar com as instituições financeiras internacionais uma flexibilização das regras que vêm sendo impostas ao Brasil, uma vez que o país tem honrado todos os seus compromissos e adotado metas até mais duras do que as defendidas pelo FMI.

Para Simon, fracassaram na Amé-

rica Latina as políticas recomendadas pelo Fundo, como a acelerada privatização e a “redução dramática” dos investimentos sociais. Os resultados dessas políticas, observou o parlamentar, têm sido o agravamento da crise social e o aumento da violência. Mesmo assim, ele disse ver “luz no horizonte”, pois as instituições financeiras internacionais já admitem alguma flexibilização “nas cartilhas que impõem aos países em desenvolvimento”.



ÍNDICES Mão Santa destaca aumento do desemprego e da concentração de renda no país

Mão Santa critica atuação do ministro Palocci

Com a citação de manchetes de jornais sobre o aumento do desemprego, a grande concentração de renda e a queda do Brasil para a 15ª economia do mundo, o senador Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar, em discurso no Plenário, a política econômica adotada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

– Com todo o respeito ao doutor Palocci, o Lula está sendo enganado e a economia não vai bem, não, vai mal – afirmou Mão Santa, dirigindo um apelo de mudança ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador disse que Palocci tem “conhecimentos superficiais de economia” e pode ser responsabilizado pela atual situação do país, por “não ter feito nada para mudar a situação”. Ele recordou que o Brasil era a oitava economia do mundo, quando governou o Piauí, e que, na administração José Sarney, o país chegou a ter crescimento de 8%, apesar do alto índice da inflação.

Mão Santa observou ainda que, nos anos 60, os brasileiros costumavam usar o equivalente a um mês de trabalho para pagar todos os seus impostos. Agora, comparou ele, citando informações publicadas em *O Globo*, são necessários quatro meses e meio para saldar os compromissos com os tributos.

– Tudo isso para o governo ter avião zero, carro zero e nota zero. Ou para sustentar Duda Goebbels Mendonça. A saída é ter crescimento e trabalho, mas esse governo está perdido no labirinto da economia e enchendo a pança dos banqueiros com a fome e a pobreza do povo do Brasil – disse o senador, que recebeu apoio de Heráclito Fortes (PFL-PI).

Para Augusto, dívida pública inviabiliza nação

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) atribuiu à dívida pública, de R\$ 1 trilhão, a responsabilidade principal pela grave situação do Brasil, com elevada taxa de desemprego, baixo nível de renda, graves deficiências na moradia, na segurança pública, na educação, no transporte, no saneamento básico e na infra-

estrutura em geral. "Mais de 40 milhões de brasileiros continuam excluídos socialmente, sem salário digno, sem trabalho estável, sem segurança previdenciária, sem renda suficiente para atender ao mínimo necessário para o sustento de suas famílias", disse o senador.

Augusto Botelho lembrou que as taxas de juros do Brasil são as mais

altas do mundo em termos reais, o que vem contribuindo para o crescimento do déficit público, para o aumento da dívida e elevação da carga tributária. "Isso obriga o governo a contingenciar o Orçamento Geral da União e a manter elevado o superávit primário", analisa ele.

O senador afirmou que há estimativas de embaixadas no exterior que

mostram que mais de 100 mil brasileiros deixam o país todo ano, em busca de sobrevivência.

– Muitos desses brasileiros são obrigados a viver na clandestinidade, a levar uma vida muito difícil, correndo risco de deportação, de prisão, de chantagens, de humilhações, em trabalhos precários, insalubres, perigosos – observou.



PREJUÍZOS País tem as taxas de juros mais altas do mundo, lembra Augusto Botelho



COBRANÇA "Quanto tempo o PT precisa para reformar a casa?", questiona Heráclito Fortes

Heráclito lembra postura do PT durante governo FHC

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), em referência a discurso proferido pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), afirmou que o governo de Fernando Henrique Cardoso não fez mais reformas porque o Partido dos Trabalhadores impediu com obstruções as votações das matérias.

– Quero que a senadora Ideli diga à nação quanto tempo o PT precisa para reformar a casa – cobrou o senador.

Heráclito também reclamou indignado de aliados do governo que insistem em trazer de volta o episódio em que a Polícia Federal encontrou R\$ 1,4 milhão na empresa Lunus, de Jorge Murad, marido da senadora e ex-governadora Roseana Sarney (PFL-MA), em 2002, como exemplo de perseguição política de adversários do PSDB. O senador registrou que Roseana vem apoiando o governo, foi absolvida naquele processo e não merece ser lembrada por isso.

– Parece haver um prazer mórbido de trazer de volta o episódio de que foi vítima a senadora Roseana Sarney. É preciso que as pessoas encontrem exemplos mais sólidos para justificar erros atuais – observou Heráclito.

País espera que Senado vote temas relevantes, diz Ideli

■ Senadora ressalta que matérias como Lei de Falências e parceria público-privada são essenciais para o país

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do PT, afirmou na sexta-feira que o Senado deve ater-se às atividades legislativas e não trocá-las por atuações "policialescas". Ideli disse que o PT vai trabalhar para agilizar a tramitação de reformas estruturantes e as votações de questões legislativas importantes, como a Lei de Falências e a parceria público-privada.

– A votação desses temas é fundamental para a consolidação do processo de crescimento. É o que a população espera do Congresso – disse.

A senadora criticou pronunciamentos que atribuem ao PT,

no governo há apenas 15 meses, todas as mazelas do país, como a injusta distribuição de renda, o desemprego e a queda do 12º para o 15º lugar na economia mundial.

– Esse período foi para colocar a economia nos trilhos, para termos a inflação controlada, o risco país e o dólar em queda e para a retomada do crescimento – declarou.

A senadora lamentou terem creditado ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, frase sobre conspiração contra o governo Lula, referindo-se à divulgação de fitas denotando corrupção no governo. Na verdade, ressaltou Ideli, o ministro apenas constatou o que é afirmado pelo subprocurador-geral da República José Roberto Santoro, em conversa gravada entre ele e o bicheiro Carlos Cachoeira. Ideli lembrou que o Ministério Público é um pilar



ORGANIZAÇÃO Para Ideli, os 15 meses de governo do PT foram para colocar país nos trilhos

da democracia e que quem está em julgamento são apenas três procuradores, não a instituição.

A senadora também comentou nota do site do PSDB que nega ligações de Santoro com o ex-senador José Serra. Para ela, faltou informar sobre portaria do Ministério da Saúde de 1999 nomeando o procurador.

Agripino defende instalação de CPI

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), conclamou o Congresso a persistir em seus esforços para instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI), entendendo ser esse o instrumento adequado para investigar o caso Waldomiro Diniz. Ele destacou, ainda, ter confiança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá pela obrigação do presidente do Congresso de indicar os membros da CPI, caso não sejam apontados pelos partidos.

– A nação não esqueceu a fita de vídeo de Waldomiro pedindo propina, porque surgiu uma segunda com o subprocurador Santoro em situação comprometida. Ninguém esqueceu o contrato Caixa Econômica



DÚVIDA Agripino: nação quer saber se Waldomiro é "câncer isolado ou se houve metástase"

Federal/GTech, nem as acusações do ex-secretário Luiz Eduardo Soares. Vamos parar com essa farsa e investigar todas essas questões – advertiu.

Para Agripino, é imperativo reabrir a sindicância feita no

Palácio do Planalto porque somente foram tomados 20 depoimentos, dos quais 19 de subordinados a Waldomiro Diniz.

– É preciso ouvir autoridades do mesmo nível e superiores do ex-assessor, se a intenção for chegar à verdade. O que foi feito, até agora, é para inglês ver – comentou.

Segundo Agripino, a nação brasileira quer saber se Waldomiro representa um câncer isolado ou se houve metástase para outras partes do governo. Para o líder do PFL, uma sindicância completa no Palácio do Planalto sobre as atividades de Waldomiro Diniz pode ser uma boa base para as investigações, mas somente a CPI pode esclarecer a verdade.

José Jorge: slogan da oposição é "Governa, Lula!"

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que a única saída para a crise política é uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apure tudo: o caso Waldomiro Diniz e suas ligações com o crime organizado e com o governo, a atuação do subprocurador-geral José Roberto Santoro e até mesmo se há alguém da oposição interessado em derrubar o governo.

– Não estamos, nós da oposição, com a mesma bandeira do PT, que era 'Fora FHC!'. Nosso slogan é 'Governa, Lula!', o que é muito diferente. Mas é preciso que não parem dúvidas sobre o governo – afirmou. O senador não acha que a revelação da gravação que envolve o subprocurador-geral Santoro tenha tirado o foco das ligações de Waldomiro Diniz com o ministro José Dirceu.

José Jorge insiste em que o melhor caminho, principalmente para o governo, é apoiar a CPI. Ele declarou que raramente concorda com o ministro José Dirceu, mas, no caso da necessidade de um controle sobre a atividade do Ministério Público, ele está de acordo.

– Não gosto da expressão "Lei da Mordada", mas é preciso estabelecer limites de ação dentro da lei e da responsabilidade. O projeto de lei foi aprovado na CCJ, veio ao Plenário, recebeu emendas e voltou à CCJ. Eu sou o relator das emendas e sou favorável ao projeto – asseverou José Jorge.

Por sua vez, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que é totalmente contrário à Lei da Mordada. Segundo ele, a expressão e o próprio projeto lembram a ditadura.

– É preciso cuidado com isso – observou Paim.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko

Conheça os itens de segurança para não receber dinheiro falso



Nota de plástico dura quatro vezes mais

A cédula de plástico R\$ 10 foi lançada em abril de 2000, em homenagem aos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Quatro vezes mais durável que a de papel, ela possui mais elementos de segurança para dificultar a falsificação.

A nota, nas cores azul e laranja, traz a efígie de Pedro Álvares Cabral, o mapa Terra Brasilis, uma das primeiras representações da nova terra, e uma rosa dos ventos, instrumento de navegação extraído da cartografia portuguesa do século 16, como principais elementos. No verso há um mapa do Brasil estilizado e fisionomias típicas do povo brasileiro.

As cédulas de plástico representam aproximadamente 50% das de R\$10 em circulação. O uso desse material para cédulas foi originalmente desenvolvido na Austrália. Atualmente, 13 países também utilizam dinheiro de plástico.



Moedas de R\$ 0,50 e R\$ 1 foram alteradas

Devido ao baixo valor e a dificuldade de produção, a falsificação de moedas é menos comum. Ainda assim, o prejuízo foi grande. De 1994 a 2004, ficou em torno de R\$ 471 mil reais. A antiga moeda de R\$ 1, em aço inox, foi a responsável por 99% das falsificações. Em 1998, uma nova moeda foi elaborada, feita com outro material, com o núcleo prateado e a borda em duas cores, mais segura e difícil de ser copiada. Já em 23 de dezembro de 2003, a moeda antigada R\$ 1 saiu de circulação, ou seja, ela não pode mais ser utilizada. Desde 23 de março de 2004, a troca pelo modelo atual só pode ser feita no Banco Central ou em agências autorizadas do Banco do Brasil.

Para baixar o preço de produção, em junho de 2002 o BC fez novas modificações nas moedas de R\$ 0,50 e R\$1. Elas se tornaram mais leves e mais brilhosas porque passaram a ser feitas em aço inoxidável e aço revestido de bronze.

Há muito dinheiro falso em circulação no país. O prejuízo é enorme e recai sobre quem recebe a cédula ou a moeda. Desde a implantação do real, em 1994, até hoje, a falsificação já causou um rombo de cerca de R\$ 87 milhões. Durante esse período, foram recolhidos mais de 2,7 milhões de notas falsas e cerca de 471

mil moedas metálicas. O recorde foi registrado em 2003, quando foram retiradas de circulação 524.248 cédulas de real.

Para o Banco Central (BC), em 90% dos casos, as falsificações são feitas utilizando-se máquinas copiadoras. A tecnologia dessas máquinas seria uma das razões para o

crescimento do crime. Outra forma comum de adulteração ocorre com a lavagem de cédulas de menor valor, reimpressas em notas de maior valor. As notas mais falsificadas são as de R\$ 10 e de R\$ 50.

A responsabilidade pela emissão, distribuição e segurança das cédulas e moedas cabe ao Departamento do

Meio Circulante (Mecir) do BC. A dica para que as pessoas evitem prejuízos e aborrecimentos é adotar o hábito de examinar bem a cédula e identificar os itens de segurança. Esse é o tema do **Especial Cidadania** de hoje, sugestão do leitor Cláudio Evangelista dos Santos, de Pernambuco.

Compare – cerca de 99% das cédulas falsas não possuem a imagem latente e 60% não contêm a marca d'água. Quando for possível, compare a moeda suspeita com outra que tenha certeza de ser verdadeira.

Impressão – é em relevo a impressão da legenda Banco Central do Brasil e do valor da cédula, localizados ao lado da figura da República.

Marca d'água – toda cédula tem uma, que pode ser vista contra a luz, olhando pelo lado que contém a numeração. As cédulas de R\$ 1, R\$ 5 e R\$ 10 apresentam a figura da República ou a Bandeira Nacional; a de R\$ 2 contém a tartaruga marinha com o número 2; a de R\$ 20, a do mico-leão-dourado com o número 20; e as cédulas de R\$ 50 e R\$ 100 apresentam apenas a figura da República.

Marca tátil – são marcas impressas em relevo para auxiliar os deficientes visuais a identificar a cédula. Nas notas atuais, é uma tarja vertical.

Imagem latente – pode ser vista no lado da cédula que contém a numeração. A partir do canto inferior esquerdo, colocando-a na altura dos olhos, sob luz natural abundante, ficarão visíveis as letras "B" e "C".

Registro coincidente – olhando a nota contra a luz, o desenho das Armas Nacionais impresso em um lado deve se ajustar exatamente ao desenho igual que está do outro lado da nota.

Numeração – são as letras e os números que identificam a cédula. Não podem existir duas com a mesma numeração.

Fibras luminescentes – quando expostos à luz ultravioleta, pequenos fios na cor lilás podem ser vistos espalhados pelo papel.

Fio de segurança – com exceção das cédulas de R\$ 1 e de R\$ 5, há um fio magnético vertical de cor escura embutido nas cédulas. Ele é mais bem visto contra a luz.

Como agir em caso de suspeita

Procure uma agência bancária ao suspeitar da autenticidade do dinheiro, para que seja examinado. O banco deve encaminhar o material para ser periciado pelo BC. Se a nota for falsa, ela será destruída. Se não for, será devolvida. O denunciante pode ainda registrar queixa na Polícia Federal, para que o caso seja investigado. A nota falsa não será trocada por uma verdadeira pelo banco ou pelo governo.

Se a cédula foi recebida no banco ou no caixa eletrônico, reclame imediatamente para que ela possa ser trocada por outra. Nesse caso, o denunciante pode também registrar queixa na PF ou na Polícia Civil mais próxima, para investigação.

Ligue para a Central de Atendimento do BC, no 0800 992345, ou pelo site www.bcb.gov.br, para fazer denúncias ou obter mais informações sobre falsificações e o meio circulante nacional.

Falsificar dinheiro é crime. A pena pode chegar a 12 anos de prisão

Falsificar, fabricar ou alterar moeda metálica ou papel moeda de curso legal no país ou no estrangeiro é crime previsto no artigo 289 do Código Penal. A pena varia de três a 12 anos de prisão e multa. Estará sujeito à mesma pena quem importar ou exportar, adquirir, vender, trocar, ceder, emprestar, guardar ou introduzir na circulação moeda falsa. Mesmo tendo recebido de boa fé, comete crime, com pena prevista de seis meses a dois anos

e multa, quem a recebe e a mantém em circulação, repassando a outros.

Os cidadãos também devem estar atentos às cédulas danificadas. Conforme a Lei 8.697/93, toda cédula que contiver marcas, rabiscos, símbolos, desenhos ou quaisquer caracteres estranhos, deve ser retirada de circulação. Quando isso ocorrer, a cédula ou moeda será depositada ou trocada em estabelecimento bancário, que a recolherá ao Banco Central para

destruição. A mesma lei estabelece que ninguém será obrigado a receber, em qualquer pagamento, moeda metálica em montante superior a cem vezes o respectivo valor de face.

Já pela Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/1941), quem se recusar a receber pelo seu valor a moeda legal do país está sujeito a multa. O decreto proíbe ainda usar como propaganda qualquer impresso ou objeto que possa ser confundido com moeda.